

Comunidades medievais cristãs do Alto Mondego: projecto de estudo das estratégias de ocupação do território

Catarina Tente
Universidade Nova de Lisboa

Introdução

O presente artigo pretende dar a conhecer o estado do conhecimento sobre a ocupação medieval cristã no Alto Mondego, no enquadramento do projecto de investigação apresentado a concurso na Fundação para a Ciência e Tecnologia sob o título “*O Alto Mondego: terra de fronteira entre Cristãos e Muçulmanos*”, o qual, decorrendo sob a direcção científica geral de Rosa Varela Gomes, foi aprovado para financiamento e encontra-se em curso desde Maio de 2007.

O principal objectivo do projecto é o aprofundamento dos conhecimentos sobre as transformações do espaço rural e de fronteira que ocorreram nesta região entre os séculos VI e XII. Tratando-se de uma área regional onde praticamente não há referências a documentos anteriores ao século XII, a utilização de métodos próprios da arqueologia e das ciências auxiliares é um meio fundamental para a obtenção de conhecimentos sobre as sociedades medievais que ocuparam este espaço. Existe, assim, uma particular incidência na obtenção de dados provenientes da arqueologia, obtidos quer através do estudo exaustivo de materiais arqueológicos e de restos orgânicos provenientes de escavações antigas, quer na execução de novas intervenções arqueológicas de escavação e de prospecção.

A região

Este espaço geográfico é marcado pelo rio e pela serra. O Mondego, nesta região divide-se em duas partes claramente distintas: a bacia de Celorico e o curso a montante desta (Fig. 2), onde ele percorre os planaltos serranos. A cerca de uma trintena de quilómetros da sua nascente o rio desenha uma inflexão na orientação do seu curso, que em cerca de uma dezena de quilómetros, o dirige para a bacia de Celorico (Daveau e Ribeiro, 1978). Na área de Celorico o Mondego descreve uma apertada curva para depois correr paralelo ao sopé da montanha, seguindo o rumo das falhas marginais da Cordilheira Central (Pina, 1998: 13).

As duas vertentes principais da Serra da Estrela são muito diferentes. A encosta Noroeste, que domina o grande corredor da Beira Alta, apresenta-se como uma vigorosa muralha montanhosa atravessada por numerosos pequenos cursos de água, que descem a serra para desaguardarem no Médio Mondego. Esta vertente, notavelmente rectilínea, apresenta inclinações moderadas, na ordem dos 11° a 17°. Contrariamente, a encosta Sudeste é um bloco montanhoso abrupto, esventrado pelos vales profundos da bacia do Zêzere, que domina a depressão da Cova da Beira (Pina, 1998: 40).

Não obstante funcionar como um obstáculo dificilmente transponível, marcado não só pelo seu relevo, mas também pelo seu clima muito rigoroso em determinadas fases do ano, a Serra da Estrela apresenta, porém, algumas permeabilidades proporcionadas pelas várias portelas e corredores que a atravessam transversalmente. Aqui, os vales dos rios assumiram um papel preponderante na circulação das populações, por facultarem a penetração nestas áreas montanhosas e a circulação entre os dois lados da montanha.

Três grandes factores marcam a paisagem da serra: a altitude, o clima e a intervenção antrópica. A relativa proximidade com o oceano Atlântico e a ausência de barreiras intermédias, a vizinhança das latitudes caracteristicamente mediterrâneas, bem como a sua considerável altitude e relevo acidentado, conferem-lhe uma grande diversidade climática (Duarte e Alves, 1989: 1). A altitude associada à grande massa rochosa do Maciço Central são factores que fazem da serra uma barreira de condensação das massas de ar húmido de origem atlântica, criando dessa forma um marcado gradiente vertical de temperatura (Pena e Cabral, 1989: 3). Por estar mais exposta aos ventos marítimos, a região do Alto Mondego é ainda mais chuvosa e húmida (Pina, 1998: 14).

A acção antrópica está evidente nos diagramas polínicos realizados na Serra da Estrela por Janssen e Woldringh (1981) e por van der Knaap e van Leeunwen (1995), respectivamente, no lado setentrional da Lagoa Comprida (a 1600 m de altitude) e no Charco da Candieira, na parte central da serra (a cerca 1400 m de altitude). Os resultados obtidos por van der Knaap e van Leeunwen (1995) revelam que, durante a Alta Idade Média, o processo de desflorestação era já muito intenso, comprovando-se que mesmo o topo da serra era, nessa época, uma área economicamente activa. As conclusões são muito semelhantes no estudo de Janssen e Woldringh (1981), autores que identificam, entre cerca de 940 e 1060, um aumento de pólenes relacionados com o cultivo de cereais e a diminuição de pólenes de flora arvense, tais como os de carvalhos, videiros e salgueiros.

Devido à desflorestação e conseqüente forte erosão a que os solos foram sujeitos, os terrenos com melhor aptidão agrícola e mais profundos concentram-se fundamentalmente nas áreas baixas, no sopé dos montes e nos vales, sendo o do Mondego um dos mais desenvolvidos e com melhor aptidão agrícola. Na montanha, a rocha de base está exposta e os solos são quase inexistentes ou muito pouco espessos (Ribeiro, 1991: 992-993).

Outra das características que marca esta paisagem é a peculiar degradação e ero-

são do granito que modelou os chamados “castelos de rochas”. Muitos destes blocos graníticos expostos à erosão tiveram uma utilização antrópica. Em alguns casos, as cavidades formadas pelo amontoado de blocos foram utilizadas, em diversas épocas, para abrigo. Noutros, o imponente tamanho dos blocos e a implantação na paisagem sugeriu a sua utilização e integração em estruturas defensivas.

O estado do conhecimento

O conhecimento do período que compreende os séculos VI a XII é, no nosso País, ainda muito limitado, e centra-se, sobretudo, nas informações coligidas na documentação escrita disponível para o Entre-Douro-e-Minho e em algumas raras intervenções arqueológicas em monumentos cuja origem se reporta a esta época. É, todavia, ao nível dos espaços rurais que não tiveram um pólo aglutinador (como uma instituição religiosa), ou que se encontravam longe da esfera de influência de uma cidade, que esta falta de conhecimento é mais marcante. Efectivamente o espaço rural não tem sido objecto de estudos pluridisciplinares que permitam compreender as formas de organização utilizadas por estas comunidades de modo a responder aos factores de instabilidade que motivaram alterações nas terras de fronteira.

A informação disponível sobre a Alta Idade Média na região do Alto Mondego baseava-se, até ao fim do século XX, na raríssima documentação escrita, em poucos dados arqueológicos e na pressuposta origem medieval de alguns dos topónimos actuais. Vários factores podem ser apontados como dissuasores do desenvolvimento do conhecimento histórico nesta região. As características orográficas da zona, os declives acentuados, a dificuldade de leitura da fotografia aérea face à abundância de afloramentos rochosos, a intensa antropização da paisagem e a conseqüente forte erosão dos solos em algumas áreas e a rápida acumulação de sedimentos noutras, aliam-se à carência de dados consistentes provenientes de trabalhos arqueológicos. A quase inexistência de dados na documentação escrita coeva é, porém, uma séria e talvez a principal dificuldade. Só se começa a vislumbrar o Alto Mondego naquela documentação no fim do século XII. Os escassos mas úteis documentos integrados no *Livro Preto* (Rodrigues, 1999), no *Livro Santo de Santa Cruz* (Ventura e Faria, 1990) e no *Taraucae Monumenta Historica* (Fernandes, 1991), datam já da primeira metade do século XII. São, assim, tardias as referências que nos podem ajudar a compreender a ocupação do espaço e a organização do povoamento.

Na década de 80 J. Mattoso publica um texto sobre vila de Seia durante a Alta Idade Média, intitulada *Seia na Idade das Trevas*. Trata-se de um texto pioneiro para o estudo da história das comunidades campesinas que habitaram as terras das Beiras, no qual

este medievalista desenha a história desta vila socorrendo-se da pouca informação disponibilizada pela documentação escrita (Mattoso, 1987). O estudo abarca o período que se desenrola entre o fim do Califado de Córdoba e as Inquirições de 1258 e constitui um raro exemplo de estudos sobre a história deste período na região em questão.

Os povoados e as estruturas defensivas

Algumas ideias pré concebidas têm norteado a interpretação dos dados provenientes de prospecções. Algumas publicações datadas do século XIX – como a de Martins Sarmiento (Sarmiento, 1883) – ou da primeira metade do século XX – como as de João de Almeida (Almeida, 1943, 1945) – referenciavam de forma quase exaustiva muitos cabeços com tendo ocupação proto-histórica. A ideia de grandes castros com ocupação da Idade do Ferro (os denominados “castros lusitanos”) perpetuou-se para as interpretações sobre a ocupação proto-histórica da região da Beiras, ainda que muitos destes povoados não apresentassem à sua superfície quaisquer materiais arqueológicos que se pudessem integrar indubitavelmente neste período cronológico. Consequentemente, pretendeu-se identificar nesta região realidades semelhantes às que se conhecem para os territórios do Norte e Noroeste Peninsular, onde se assiste a uma reocupação medieval de antigos castros pré-romanos ou romanizados. Por isso, nos últimos anos, muitos investigadores têm visto nestes povoados amuralhados de suposta cronologia proto-histórica uma reocupação de carácter alto-medieval. Um dos sítios que tem sido interpretado como um castro pré-romano que teria sido romanizado e reocupado durante a Alta e a plena Idade Média, é o Castro do Tintinholho. Este sítio, localizado sobre o vale do Mondego no lado do concelho da Guarda, tem boa visibilidade para todo o vale e destaca-se plenamente na paisagem. O Castro do Tintinholho, classificado como Monumento Nacional, é conhecido na bibliografia desde o século XIX, tendo João de Almeida chegado a publicar uma planta com indicação do que julgou ser os vários recintos amuralhados do povoado (Fig. 2). Recentes escavações que têm sido levadas a cabo por V. Pereira e A. Carvalho ainda não conseguiram identificar nem uma ocupação claramente pré-romana ou romana nem sequer vestígios medievais (informação pessoal), mas o desenvolvimento do projecto poderá trazer novas pistas para o estudo deste tipo de povoados beirões.

Efectivamente no Alto Mondego, não se conhecem até ao momento castros de clara ocupação pré-romana e nos poucos conhecidos não se reconhece uma reocupação medieval significativa. O único caso de reocupação de um antigo castro até agora devidamente documentado arqueologicamente situa-se no concelho de Fornos de Algodres, mas trata-se de uma fundação da Pré-História recente e não de um sítio pré-romano. No Castro de Santiago, povoado fortificado calcolítico, foi identificada uma pequena ocupação medieval que se sobrepõe aos níveis pré-históricos. Infelizmente os níveis medievais estavam pouco conservados e não foi possível clarificar a natureza desta ocupação. Os materiais

são escassos e pouco eloquentes quanto a uma integração cronológica, avançando-se uma cronologia lata que vai desde o século IX ao XIV (Silva, 1999).

Contrariamente conhecem-se povoados em altura de fundação medieval. Um dos exemplos mais significativos é o sítio amuralhado da Soida, alvo de estudo no âmbito deste projecto. O topónimo de origem muçulmana¹ levou a que fosse para aí dirigida alguma da atenção no âmbito da prospecção arqueológica. A identificação de vários troços de muralha construída entre afloramentos graníticos e algumas escassas cerâmicas muito erodidas à superfície do terreno permitiram registar este sítio como arqueológico. A sua localização geográfica é igualmente muito eloquente, ocupa uma dos últimos esporões da vertente noroeste da Serra da Estrela, controlando visualmente o vale do Mondego desde a ribeira do Caldeirão até à curva do rio junto a Celorico. Apesar de se encontrar em frente do Castro do Tintinho, localizado do outro lado do vale, não marca, como aquele, a paisagem antes pelo contrário, passa despercebido para quem observa esta correnteza de montes, não se situando nem no ponto mais alto da região nem no mais destacado visualmente. Daí se avista, para Norte, Trancoso e a Serra da Marofa; para Este, o planalto da Guarda; para Oeste, a via medieval que ligava Linhares à Guarda. Em 2006 iniciaram-se aqui escavações arqueológicas, que inicialmente foram motivadas por uma situação de emergência, já que a passagem de veículos de todo-o-terreno estavam a expor e a destruir níveis arqueológicos. Esta intervenção que foi realizada pelo extinto IPA, foi circunscrita, mas permitiu a recuperação da informação que estava a ser perdida e a identificação de dois núcleos com níveis arqueológicos conservados. O interesse do sítio levou a que fosse integrado neste projecto e em Agosto e Setembro de 2007 realizaram-se aqui uma nova campanha de trabalhos de escavação arqueológica que abrangeu cinco sectores distribuídos por diferentes áreas do povoado. Apenas em três foi possível identificar ocupação e apenas em dois destes os níveis arqueológicos estavam conservados. Algumas conclusões podem desde já ser retiradas dos trabalhos efectuados: o sítio não teve qualquer ocupação de carácter habitacional anterior à época medieval; as muralhas aí existentes são de fundação medieval e coevas com a ocupação habitacional do sítio; os sectores onde se registou ocupação são coerentes em termos de arquitectura das estruturas habitacionais e materiais arqueológicos, sugerindo uma ocupação contemporânea e relativamente restrita no tempo. A escavação de dois sectores da muralha, que tem cerca de três metros de largura na sua fundação, sugere que a mesma poderia ter funcionado mais como um muro delimitador do espaço utilizado pelos habitantes e seus pertences do que como estrutura de eficácia defensiva, já que a sua altura não deveria ser significativa. Por último, apenas foi possível identificar contextos arqueológicos nos locais onde o rigor dos agentes climaté-

¹ Na opinião de António Rei (informação pessoal), o topónimo Soida derivará de *صعيدة* > *Sa'ī-da(h)*, significando "local elevado", "terra alta" ou "meseta".

ricos, como o vento frio, é menos intenso, sugerindo que a ocupação deste espaço amuralhado era esparsa, deixando entre as unidades habitacionais muito espaço livre. O estudo dos materiais aí exumados e o cruzamento com datações de radiocarbono dos macrorestos vegetais identificados darão mais pistas para a interpretação destes sítios de altura de fundação medieval. Durante esta campanha realizou ainda o levantamento de um penedo com arte rupestre de cariz religioso, que se localiza no acesso ao povoado a cerca de 1200 metros de distância deste. O local denominado de Pedra Santa é, ao contrário do que acontecia com o povoado, bem conhecido da população das aldeias mais próximas. O levantamento foi efectuado por A. F. Carvalho (consultor deste projecto) e apenas seu estudo permitirá saber se este vestígio artístico estaria ou não relacionado com o povoado medieval.

Ao nível dos povoados são de referenciar igualmente algumas intervenções arqueológicas em sítios com fundação anterior à medieval mas onde se registaram níveis possivelmente medievais. Uma vez mais na sua maioria foi impossível estabelecer cronologias finas para as ocupações deste período. Durante quatro campanhas realizadas na década de 80 do século XX, J. C. Senna-Martínez, A. Guerra e C. Fabião dirigiram trabalhos de escavação arqueológica no sítio do Cabeço do Castro de São Romão, no actual concelho de Seia (Guerra, *et al.*, 1989). Os trabalhos permitiram identificar em dois dos sectores escavados níveis atribuídos a uma ocupação pós-romana imperial, considerando-se que tanto poderá ser tardo-romana como alto-medieval, já que a cerâmica comum não permite uma maior precisão. Os dados disponibilizados pela intervenção nos níveis sobrepostos à ocupação do Bronze final não foram, porém, claros quanto à existência ou não de uma continuidade de ocupação neste povoado (Guerra e Fabião, 1996).

Ainda nos anos 80, na sequência de destruições ocorridas após a surribo do terreno, foi realizada pelos Serviços Regionais de Arqueologia do Centro uma escavação de emergência no sítio arqueológico do Aljão, localizado no actual concelho de Gouveia. A intervenção permitiu averiguar o grau de destruição dos vestígios postos a descoberto. A passagem da máquina teria posto a descoberto, para além de inúmeros fragmentos cerâmicos, muros e uma sepultura. Apesar da área intervencionada ter abarcado apenas cerca de 45 m², foram identificados cinco níveis de ocupação: o mais antigo corresponde à fundação de um edifício romano; um segundo, que foi unicamente detectado no sector Oeste da sondagem, corresponde a um alicerce de um muro, cuja cronologia não é referida no relatório da intervenção; um terceiro, que se sobrepõe ao edifício romano e que corresponde ao nível da necrópole de inumação. Após o abandono da necrópole sobrepõe-se-lhe um outro edifício medieval de planta sub quadrangular; finalmente um quinto nível foi identificado na área Nordeste e traduz-se num alicerce de um muro que se sobrepõe ao derrube da estrutura correspondente ao terceiro nível de ocupação (Vaz *et al.*, 1985). O relatório da intervenção é mudo quanto aos artefactos e à funcionalidade dos

edifícios aí identificados, pelo que pouco mais é possível inferir dos dados disponíveis, e os materiais arqueológicos tem paradeiro desconhecido.

Em 1994 foi efectuada uma pequena campanha de escavação no sítio do Castelo (Arcozelo, Gouveia) da responsabilidade de C. Tente e de J. C. Senna-Martínez. A intervenção foi motivada pelo aparecimento de materiais cerâmicos à superfície que se assemelhavam a materiais proto-histórico. O local estava delimitado por um amuralhamento constituído por dois paramentos, que se desenvolve entre os penedos. No seu perímetro foram também identificadas três sepulturas escavadas na rocha, sendo uma delas infantil (Tente, 2007). Na área aberta em escavação não se identificaram materiais claramente atribuíveis à proto-história, ainda que maioritariamente as cerâmicas identificadas fossem manuais. Foram igualmente recolhidas três moedas, cujo estado de corrosão não permitiu qualquer leitura, e um peso sobre seixo de xisto. Face à reduzida dimensão da sondagem não foi possível identificar qualquer unidade habitacional ou obter informação suficiente para compreender o tipo de contexto escavado; contudo, é bem possível que se trate de um sítio com uma estratégia e ocupação semelhante à Soida, ainda que o controle visual no Castelo seja muito reduzido face ao descrito naquele povoado.

Para além destes povoados, que funcionariam como espaços de defesa passiva, conhecem-se outros locais de defesa, cuja função habitacional não é clara. Insere-se, neste contexto, o refúgio roqueiro do Penedo dos Mouros, localizado a cerca de 4000 metros do sítio do Castelo. Pouco se tem estudado sobre estas estruturas roqueiras, que parecem ter sido erigidas por iniciativa da população local. No entanto, deveriam ser vulgares nos espaços mais ruralizados e nas terras de fronteira quando a ausência de um poder mais centralizado motivou a criação de espaços que garantissem a defesa das populações locais ou, eventualmente, dos seus excedentes de produção. É sintomático que destas estruturas defensivas mais antigas não haja sequer uma luz na documentação escrita, o que reforça em certa medida a atribuição da sua construção à iniciativa local. Esta estrutura parece integrar-se na origem do fenómeno do encastelamento, mas com um cunho atribuível às iniciativas das populações locais. Provavelmente, este “castelo” terá sido erigido pela população local, talvez a que habitaria e cultivaria os vales das ribeiras do Boco e de Gouveia. Esta estrutura permitiria a defesa passiva das pessoas e/ou dos seus bens. Para o construir, aproveitaram um *tor* (Angelucci *et al.*, 2004), ao qual associaram estruturas em madeira. Para além da função de reduto, é verosímil julgar que esta monumental estrutura pudesse proteger as reservas alimentares de uma comunidade e defender o seu gado. Esta hipótese poderá ser corroborada pela identificação das numerosas sementes de fava (*Vicia faba minuta*) recolhidas no local (Queiroz e Ruas, 2001). A destruição do sítio dá-se em consequência de um incêndio, não tendo havido qualquer reconstrução do mesmo ou nova ocupação. Talvez o seu abandono possa estar associado às campanhas e razias de que esta área foi alvo no século X. As datações obtidas por radiocarbono de duas amos-

tras de fava recolhidas no nível de destruição do sítio (Quadro 1) apontam com maior probabilidade para esta centúria (Tente, 2007). Após o abandono, esta estrutura defensiva não foi reocupada, não tendo despertado o interesse no âmbito da reorganização administrativa e militar de cunho mais senhorial que se começa a fazer sentir no século X.

Não são conhecidos quaisquer vestígios dos castelos do século XI de Celorico, Linhares, Folgosinho, Gouveia e Seia, referenciados na Campanha das Beiras de Fernando, o Magno. Nos casos de Celorico e Linhares, é possível que as estruturas defensivas anteriores ao século XII pudessem estar no espaço ainda hoje ocupado por estes castelos. No que respeita aos castelos de Folgosinho, Gouveia e Seia apenas a informação da microtoponímia permite localizar com alguma precisão os locais de implantação dessas antigas estruturas que o tempo e as profundas alterações urbanísticas fizeram desaparecer. Só a desejada implementação regular de trabalhos preventivos de arqueologia nestas áreas urbanas poderá, no futuro, fornecer mais dados para a caracterização arquitectónica destes castelos. O Castelo de Celorico, por outro lado, foi alvo de duas intervenções arqueológicas que se inserem numa campanha de reabilitação urbana desta estrutura. A primeira intervenção foi realizada em 1997 sob a responsabilidade de I. Ricardo e J. Alarcão. Metodologicamente optaram por efectuar várias sondagens no perímetro do castelo e na torre de menagem. Segundo o relatório em todas as sondagens identificaram-se profundas alterações da estratigrafia original, motivadas pelos diversos trabalhos da DGMEN levados a cabo em 1924, 1939, 1947 e 1972 (Alarcão e Ricardo, 1997). Mais recentemente o arqueólogo da Câmara Municipal de Celorico da Beira, A. C. Marques realizou aí também algumas sondagens no âmbito das obras de reabilitação que se encontram a decorrer, e uma vez mais veio a encontrar muitos níveis totalmente afectados pelas obras da extinta DGEMN (informação pessoal). O espólio das duas intervenções está agora em estudo pelo arqueólogo da autarquia. Actualmente, alguns trabalhos de reabilitação urbana têm sido precedidos de trabalhos de sondagem ou escavação arqueológica nos centros históricos de Trancoso e Guarda, mas pouco está ainda publicado. Uma das excepções é o sítio dos Castelos Velhos na Guarda, cujos resultados de sondagens de diagnóstico e trabalhos de acompanhamento arqueológico foram publicados na revista municipal *Praça Velha* por M. Osório (2004). Porém, e apesar do arqueólogo referir que os materiais arqueológicos têm afinidades com material cerâmicos dos séculos X-XI, nomeadamente as asas em fita com incisões e os cordões plásticos digitados, estas cerâmicas não tem um contexto arqueológico claro e as características que apresentam têm uma larga diacronia, podendo aparecer em níveis do século XI, mas também no século XIII ou mesmo XIV.

Sepulturas e necrópoles

A temática das sepulturas escavadas na rocha teve no nosso País um despertar tardio; apesar disso, foram dos primeiros vestígios arqueológicos de cronologia medieva

que chamaram a atenção de alguns investigadores. Os últimos anos têm sido marcados pelo prosperar de artigos e trabalhos de fundo que têm contribuído, não só para a discussão acerca das tipologias e cronologias deste tipo de vestígios medievais como também para o conhecimento dos pressupostos mentais do culto dos mortos, das formas de povoamento e das condições sociais e económicas da sociedade medieval. No que concerne ao Alto Mondego destaca-se o trabalho desenvolvido por A. C. Valera para as sepulturas do concelho de Fornos de Algodres, publicado em 1990, a tese de mestrado de A. Marques sobre estas estruturas funerárias na área de Viseu (Marques, 2000) e o estudo das sepulturas do concelho de Gouveia e da vertente noroeste da Serra da Estrela, desenvolvido por C. Tente em 1998 e em 2005 respectivamente (Tente, 2000; Tente, 2007).

Apesar de serem um dos elementos do mundo dos mortos, elas comunicam-nos algumas imagens da estrutura do povoamento do mundo dos vivos. Os estudos feitos na encosta noroeste da Serra da Estrela demonstram que, quer os conjuntos de 2/3 sepulturas, quer as sepulturas isoladas têm uma expressão significativa, reflectindo uma imagem de um povoamento mais disperso, composto essencialmente por pequenos espaços habitacionais aos quais estas estruturas sepulcrais estavam intimamente interligadas. Não é por acaso que em muitos destes sítios seja possível identificar à superfície escassos fragmentos de cerâmicas manuais de pastas escuras. Não deixa de ser igualmente sintomático que na maioria do espaço geográfico em análise não se identifiquem muitas necrópoles de grande dimensão. Uma dessas raras necrópoles de grande dimensão situa-se numa área fértil do vale do Mondego, junto a Celorico da Beira. Trata-se do sítio de S. Gens, onde uma necrópole de cerca de 50 sepulturas parece associar-se a uma estrutura de povoado amuralhado de cronologia medieval e a uma ocupação de cronologia romana localizada numa área mais aplanada do vale (Lobão *et al.*, 2006).

Outra das características das sepulturas estudadas na região é a sua variabilidade tipológica, que poderá não estar apenas associada a factores cronológicos, como também a razões de ordem cultural. Cada região teve, certamente, os seus ritmos e as suas peculiaridades, e a tipologia das sepulturas deverá expressar essa individualidade regional.

Porém, o principal problema no estudo das sepulturas escavadas na rocha continua a ser a sua integração cronológica; o granito, com a sua acidez, destrói qualquer elemento orgânico que permita aferir cronologias mais finas e, à excepção do caso já descrito do Aljão, não há dados estratigráficos que permitam estabelecer correlações cronológicas. Recentemente, foi identificada uma sepultura escavada na rocha com restos osteológicos na área de Mangualde. A descoberta fortuita foi realizada em 2005 no âmbito da instalação de uma linha de média tensão nos arredores daquela povoação. Para minimizar o impacto causado na estrutura sepulcral foram realizados trabalhos de escavação de emergência que ficaram a cargo de P. P. Nóbrega. Os trabalhos efectuados permitiram identificar uma sepultura antropomórfica escavada na rocha, coberta com várias lajes de

granito, cujos espaçamentos entre as mesmas foram colmatados com fragmentos de te-lha e argila, permitindo selar completamente a estrutura sepulcral (Nóbrega, 2005). O material osteológico aí recolhido foi estudado por F. Neto, que identificou dois indivíduos, sendo um deles do sexo masculino. Relativamente à estimativa de idade à morte, ambos os indivíduos terão falecido em idade adulta, não tendo sido possível determinar com exac-tidão a idade à morte (Neto, 2006). Este estudo foi também importante porque permitiu atestar a reutilização da sepultura. Foi já avaliada no ITN a percentagem de colagénio de uma amostra que será proximamente alvo de análise por radiocarbono, no âmbito de um acordo entre o extinto IPA e a Câmara Municipal de Mangualde. Poderá ser esta data um ponto de partida para a aferição de datações mais precisas; contudo, estranha-se a preser-vação de material osteológico num contexto geológico e arqueológico como este.

Em 2000 foi iniciada a intervenção arqueológica preventiva na aldeia de Algodres (Fornos de Algodres), realizada no âmbito do projecto de remodelação urbana. A primeira fase dos trabalhos, que decorreram sob a responsabilidade de A. Soares, permitiu a iden-tificação de uma extensa necrópole medieval. Face à inexistência de espólio associado a cada enterramento não foi apurada uma cronologia mais fina. No relatório da intervenção, a responsável considera que a necrópole tinha cinco fases de ocupação, tendo ficado a mais antiga por escavar. Alguns enterramentos da fase II da necrópole foram escavados e, face às características dos enterramentos e à ausência de espólio os responsáveis apon-taram uma datação entre o século X e XIII (Soares e Cardoso, 2004). Já no âmbito deste projecto foi obtida uma datação por radiocarbono para o enterramento 23 exumado na Rua Direita daquela aldeia, que se insere com maior probabilidade na segunda metade do século XIII (Quadro 1). A intervenção esteve entre 2001 e 2006 interrompida, mas no fi-nal de 2006 foi retomada pela empresa ERA Arqueologia, SA., sob a responsabilidade de M. Pinto.

O estudo do povoamento

Em 2005 foi apresentada à Universidade Nova de Lisboa, a dissertação de mestrado de C. Tente, onde se efectuou uma primeira abordagem que conciliou as informações relativas ao mundo dos rituais de inumação com os dados que se foram inferindo da do-cumentação escrita e da toponímia, aliados a trabalhos de prospecção arqueológica diri-gida a estruturas habitacionais alto medievais. Ainda que a área deste estudo se confine à vertente noroeste da Serra da Estrela, é o único modelo de interpretação disponível que permite interpretar a evolução da ocupação humana regional para este período, que foi terra de fronteira durante praticamente quatro séculos. A imagem que foi possível traçar nesse estudo dá a ideia de um território marcado, quer pela montanha, quer pela margina-lidade face ao Poder ao longo de vários séculos. Aqui as populações locais organizaram-se para fazer frente aos avanços e recuos da conquista/reconquista e aos particularismos

e à instabilidade de uma terra de fronteira. Só após a fixação definitiva da fronteira na linha do Mondego, no século XI, é possível começar a vislumbrar a intervenção de um poder senhorial, que levará progressivamente à estrutura de povoamento que emerge da documentação no início da Baixa Idade Média.

Os dados obtidos nesse estudo permitiram a individualização de três grandes momentos, nos quais a estratégia dominante na organização do povoamento se foi alterando.

Para uma primeira fase, que decorre dos séculos VI a VIII, os dados arqueológicos são raros e a escassa documentação escrita existente para esta época não aborda este espaço. Parece, contudo, conseguir-se identificar a continuação na ocupação de alguns espaços de origem romana. Trata-se de locais com uma implantação de baixa altitude, situados em vales ou próximos destes onde o substrato geológico não se encontra muito exposto e existe uma grande disponibilidade de recursos aquáticos. Um desses sítios, o Aljão, a que se fez referência atrás, foi alvo da intervenção arqueológica em 1985, mas os resultados nunca chegaram a ser publicados e os materiais aí exumados têm hoje paradeiro desconhecido. Um outro sítio parece integrar-se nesta fase, o sítio do Freixial/Safail (Vila Nova de Tázem). Aqui foram identificados dois núcleos de sepulturas escavadas na rocha e bastante material cerâmico à superfície. O primeiro núcleo, o do Freixial, é constituído por uma necrópole de sete sepulturas escavadas na rocha, em redor das quais se observam grandes quantidades de materiais cerâmicos fragmentados, entre os quais tijolo tipo burro, *tegulae*, *imbrices* e cerâmica comum. A menos de 1000 metros de distância da área do Freixial, identificou-se no sítio do Safail uma outra área, com uma concentração de cerâmicas semelhantes às identificadas no Freixial a que se associam duas sepulturas escavadas na rocha. O aparecimento no século XIX de uma pátera de bronze na área do Freixial/Safail permite imaginar que este núcleo habitacional tivesse tido bastante importância. A pátera, publicada por R. Cortez (1950), apresenta uma inscrição cuja interpretação levou a várias leituras (Tente, 2007). A cronologia é igualmente motivo de discórdia havendo uma proposta que a integra no século VI (Cortez, 1950) e outra que a insere no século IX (Sousa, 1948). Independentemente da sua cronologia mais precisa, a existência de uma pátera neste local permite julgar que o Freixial/Safail poderia corresponder a uma *villa* que estaria ligada de alguma forma ao poder religioso alto-medieval. A localização da paróquia sueva de *Suberbeno* na área da Serra da Estrela, mais concretamente na zona de Seia (Alarcão, 2001: 170), abre a hipótese de se correlacionar este sítio com uma das antigas paróquias suevas. Não estando longe de Seia, o sítio do Freixial/Safail apresenta características compatíveis com esta correspondência. No entanto, só trabalhos de escavação poderão esclarecer esta questão.

O segundo momento, que se desenvolve entre os séculos VIII a X, é marcado pela invasão muçulmana e o conseqüente processo de avanços e recuos da conquista/reconquista que desarticularam a estrutura do povoamento romano que ainda sobrevivia. É plau-

sível que, nesta área marginal, o exercício do poder islâmico se consubstanciasse na cobrança, mais ou menos regular, de tributos às populações locais e aos seus mais altos dignitários e é expectável que por aqui se tenham instalado algumas populações vindas do sul, tal como parece atestar alguma da toponímia ainda sobrevivente (Vieira, 2005; Tente, 2007). A necessidade das populações encontrarem uma forma de fazerem face a ataques que nesta época se intensificavam parece ser responsável por uma progressiva deslocação do povoamento para altitudes mais elevadas, reforçando-se a ocupação habitacional da vertente e do alto planalto serrano. A distribuição dos pequenos núcleos de sepulturas escavadas na rocha parecem reflectir a fragmentação do povoamento em pequenos núcleos habitacionais. Privilegia-se agora as altitudes mais elevadas, assumindo-se o alto da serra como o local predilecto dos novos estabelecimentos humanos. Aqui a altitude e difícil acesso proporcionaria uma maior estabilidade, já que se tratavam de áreas de mais difícil acesso aos pilhadores e às razias. Os dados das prospecções arqueológicas apontam para um povoamento que se estruturaria em pequenos núcleos habitacionais intimamente relacionados com a pastorícia e, talvez, com o cultivo do centeio, único cereal a dar-se nestas altitudes. Os estudos polínicos realizados na Serra da Estrela mostram que, por volta da segunda metade do século X e século XI, a pressão antrópica motiva o desaparecimento acentuado da floresta e um aumento significativo dos pólenes relacionados com os pastos e alguma agricultura de cereais (Knaap e van Leeuwen, 1995; Janssen e Woldringh, 1981), o que acentua esta interpretação dos dados arqueológicos.

Entre os séculos X a XII, é possível ler na paisagem a intervenção de um poder mais centralizado, a que se deverá atribuir a construção da estrutura de defesa constituída pelos castelos das faldas da serra e a construção dos acessos que os interligavam. A estruturação supra-local da defesa do território, que emerge da análise da rede de fortificações existentes no século XI, deve estar associada à progressiva senhoriação do espaço. É provável que a mesma possa emanar da *civitas* de Seia, que é constituída após as conquistas ocorridas no reinado de Afonso III das Astúrias (Teixeira, 2002: 464). No decorrer do século X parecem ter-se desmembrado os espaços de defesa de iniciativa local, cuja relevância estratégica era agora reduzida face a uma organização mais regional do território. Todavia, a tentativa régia de controlo do espaço recém-conquistado através dos seus delegados não atinge os seus objectivos. Aquando da investida de Al-Mansur nos fins do século X, o poder condal estava enfraquecido e o poder das autoridades locais reforçava-se. A senhoriação do espaço serrano deve ter continuado mas agora com novos agentes. Certamente, serão estes senhores locais que vemos emergir após a consolidação cristã da fronteira do Mondego, resultante das campanhas de Fernando, o Magno. A partir de meados do século XI, verá o seu poder sancionado pelo próprio rei conquistador. Na documentação escrita a partir do século XII consegue-se individualizar um dos actores do processo de senhoriação deste território: o próprio Rei. A autoridade real nesta área experi-

me-se, quer através da venda de territórios “conquistados”, quer através da atribuição de cartas de foral como por exemplo, as de Linhares (1157/69), Celorico (1169), Folgoso (1187) e Gouveia (1189), mas a zona permanece ainda muito instável até ao final do século XII, basta lembrar que Celorico em 1189 foi alvo de um ataque leonês. Assiste-se em simultâneo ao processo de concentração de povoamento expresso nas diversas aldeias que se conhecem para a Baixa Idade Média. Ainda que o processo se possa ter iniciado antes, este só terá ganho fôlego com a ascensão dos terra-tenentes, no século XI. A partir daí, as populações, mais ou menos livres, vão progressivamente submeter-se ao poderio dos diversos senhores que vão aparecendo em cena. A luta que então começam a travar pelo controle dos territórios e seus dependentes (Pina, 2000) ficou bem patente nas Inquirições de 1258.

Os objectivos e a metodologia do projecto

Face ao panorama traçado, estipulou-se que um dos principais objectivos deste projecto seria o de obter informação que permita estabelecer uma cronologia mais afinada para os espólios da Alta Idade Média. Só assim é possível identificar e compreender as transformações na ocupação do território rural de interior, construindo uma imagem das diferentes estratégias de subsistência e exploração do território em espaços de fronteira sujeitos diversas alterações político-militares. O Alto Mondego é assim uma área privilegiada para a compreensão e a identificação dos pontos em comum e divergentes de duas realidades culturais, já que foi um espaço de contacto entre cristãos e muçulmanos durante alguns séculos. Por outro lado, a análise territorial dos dados de prospecção e o estudo de sítios de ocupação medieval através de escavações arqueológicas será fundamental para se apreender as formas de contacto entre populações diferentes e identificar os processos de resistência político-militar e social. O seu estudo torna-se igualmente fundamental na construção do conhecimento sobre as comunidades rurais situadas longe de pólos organizadores do espaço, como cidades ou mosteiros, para as quais a documentação escrita é inexistente.

A definição do processo de senhorialização dos meios de produção, das populações e de seus haveres, será um dos pontos a focar igualmente neste projecto. Em sequência, tentar-se-á reconhecer os traços de resistência a este processo que culmina na atribuição das cartas de foral pelo rei na segunda metade do século XII. A arqueologia destes processos é ainda mal conhecida no território nacional; contudo, noutras áreas da Península Ibérica obteve-se já algum conhecimento com base em escavações arqueológicas. São os casos do norte, entre Reinos cristãos, e centro e sul, ao nível das comunidades islamizadas. Estas realidades são pois bons termos para se estabelecer paralelos e compara-

ções com a área territorial alvo deste projecto, ao nível dos modos de vivência e organização de povoamento das comunidades e das relações que estabelecem com as áreas vizinhas, sejam elas ou não da mesma matriz cultural. Para ajudar a compreender e a comparar dados com espaços geográficos diferentes dentro da península, o projecto dirigido por Rosa Varela Gomes e no qual se insere a linha de investigação que aqui se apresenta, conta com a consultoria de J. A. Gutiérrez González, da Universidad de Oviedo, e de A. Malpica Cuello, da Universidad de Granada.

Uma imagem das estratégias de povoamento e sua transformação só poderá ser delineada através da realização de campanhas de prospecções arqueológicas dirigida para a detecção de estruturas funerárias, habitacionais e defensivas alto-medievais. A prospecção arqueológica assentará nos dados que a análise da escassa documentação de modo a isolar informações de cariz territorial. Também uma análise toponímica providenciará informação que indique elementos territoriais de ocupação humana desta época. Antes da realização da prospecção arqueológica dirigida será igualmente efectuada uma análise cuidada da geomorfologia do território, contando a equipa com um especialista nesta área (D. Angelucci). A equipa conta igualmente com N. Caldeira, do extinto IPA, para o estudo do povoamento através da aplicação de meios informáticos de SIG para a construção de modelos preditivos de cariz territorial.

A principal dificuldade no estudo destas realidades prende-se com a falta de fósseis-directores ao nível da produção cerâmica, que ajudem a caracterizar cronologicamente os espólios recolhidos quer em prospecção, quer nas escavações. A situação torna-se mais complicada, quando estamos perante uma área onde a geologia não ajuda à preservação de matéria orgânica que permitisse um cruzamento sistemático entre espólios cerâmicos e datações absolutas. Não obstante esta dificuldade, é assumido como um dos pilares deste projecto a realização de um maior número possível de datações absolutas de macrorestos provenientes de contextos arqueológicos bem definidos. Foram já recolhidas bastantes amostras de macrorestos vegetais durante a escavação da Soida, uma vez que um incêndio permitiu a sua conservação *in situ* nos sectores II e III. Após a identificação das espécies, serão enviadas para datação as amostras mais adequadas ao objectivo de obter de cronologias finas para ocupação medieval deste sítio. Procedimentos semelhantes serão levados a cabo com todos os macrorestos que possam vir a ser identificados em escavações realizadas no âmbito deste projecto. O projecto conta igualmente com a consultoria de A. Monge Soares para as questões relacionadas com as datações por radiocarbono.

Para além desta análise de povoamento, pretende-se estudar sistematicamente os espólios exumados em intervenções já anteriormente realizadas, como o Cabeço do Castro de São Romão (materiais cedidos por A. Guerra e C. Fabião), o Penedo dos Mouros (campanhas de 1999 a 2001) e o Castelo (campanha de 2004). Será incluído também o

estudo do espólio medieval que eventualmente venha a ser exumado nas escavações que estão a ser realizadas no Castro do Tintinholo. Este sítio, desde o início estava integrado no projecto; no entanto, recentemente, a Câmara Municipal da Guarda apresentou um projecto para valorização do sítio, coordenado por V. Pereira e P. Carvalho, que foi aprovado pelo IGESPAR sem que a prioridade científica do projecto *O Alto Mondego: terra de fronteira entre Cristãos e Muçulmanos* fosse tido em conta. Não obstante este erro administrativo lamentável foi possível conciliar ambos os projectos após um bom entendimento entre os arqueólogos envolvidos.

Para melhor se compreender a funcionalidade e papel aglutinador no povoamento desempenhado por alguns sítios, estão previstas campanhas de escavação arqueológica no âmbito deste projecto. No ano de 2008 realizar-se-á escavações arqueológicas no sítio do Penedo dos Mouros, no Aljão e em S. Gens. A campanha no Penedo dos Mouros tem por objectivo primeiro o tentar terminar a escavação que foi interrompida em 2001 por falta de apoios. Este é um sítio com excepcional conservação de matéria orgânica em virtude de ter sido destruído por um incêndio e de não ter existido qualquer ocupação subsequente. A continuação do seu estudo permitirá reconstruir a arquitectura desta estrutura defensiva, recorrendo para isso a tecnologias informáticas, e obter mais informação sobre a sua funcionalidade e o período em que esteve activo, já que apenas temos a data da sua destruição. Será também essencial que se consiga perceber a relação que teria com outros espaços habitados na região, nomeadamente com o sítio do Castelo e o Aljão, localizados num raio de 5 Km, bem como será fundamental a obtenção de mais dados sobre as espécies consumidas (vegetais e animais) que aqui teriam sido guardadas e que se conservaram graças ao incêndio do século X. O sítio do Aljão é um dos poucos sítios onde foi documentada uma ocupação romana sucedida de ocupações medievais, entre as quais um nível de necrópole. Apesar do espólio recolhido na intervenção de emergência levada a cabo em 1985 ter desaparecido, pretende-se que a intervenção permita caracterizar melhor a cronologia dos vários níveis já identificados, obtendo informação preciosa sobre as alterações do povoamento entre o fim da ocupação romana e a Alta Idade Média. Procurar-se-á igualmente caracterizar as funções que este sítio teve ao longo da sua história, já que sabemos, através de um documento datado de 1140 (Ventura e Faria, 1990: 184-186), que a “villa” é vendida por D. Afonso Henriques a Garcia e a Paio Eneguiz. O documento descreve a propriedade agrícola e refere possuir espaço habitacional e de cariz agrário, como lagares (Tente, 2007). A intervenção no sítio de S. Gens, que será realizada em colaboração com A. C. Marques, da Câmara Municipal de Celorico da Beira, irá permitir que se conheça a relação entre uma das grandes necrópoles de sepulturas escavadas na rocha da região e um espaço anexo a esta que parece ter carácter habitacional ainda que esteja delimitado por uma muralha. Será esta a povoação que utilizaria a necrópole? Na área mais baixa do vale, identificaram-se também vestígios romanos (Lobão *et al.*, 2006),

mas a sua relação com os restantes vestígios não é clara, estando previsto realizar simultaneamente à intervenção no espaço medieval sondagens de diagnóstico e de caracterização desta ocupação que serão da responsabilidade de A. C. Marques. A este rol de intervenções, juntam-se as campanhas da Soida realizadas em 2006 e 2007 (descrita atrás), e cujos materiais se encontram já em estudo.

Da informação até agora coligida nas várias publicações e intervenções realizadas, uma conclusão ressalta relativamente ao espólio cerâmico. Apesar de haver um fundo comum em termos de formas mais genéricas, do recurso maioritário a cozeduras redutoras ou da utilização de cordões plásticos decorados com incisões e digitações para decorar as paredes dos recipientes, há diferenças entre as colorações das pastas, a tecnologia de fabrico, algumas formas e gramáticas decorativas. Como não é possível, por agora, correlacionar estas diferenças com cronologias próprias, coloca-se a hipótese de haver um grande grau de autarcia destas comunidades que leva a que cada comunidade pudesse produzir as suas próprias cerâmicas, restringindo-se assim o comércio de cariz mais regional ou supra-regional. Para avaliar estas questões, o projecto conta com a colaboração da equipa da Unidade de Arqueometria da Universidade de Santiago de Compostela, que irá analisar as pastas das produções cerâmicas exumadas no Penedo dos Mouros, Soida, Cabeço do Castro de S. Romão, S. Gens e Aljão.

A par da construção de modelos de ocupação do território, da identificação das formas de exploração dos recursos e dos processos de contacto entre populações, o projecto pretende ainda formar estudantes do 1.º Ciclo de Arqueologia nas problemáticas da arqueologia medieval cristã e na arqueologia das comunidades de fronteira, já que se trata de uma área muito deficitária, quer em conhecimentos quer em pessoal vocacionado para a investigação destes contextos arqueológicos.

Divulgação de resultados

A divulgação dos resultados obtidos neste projecto, assentará em dois vectores: um de cariz estritamente científico e um outro que assenta numa divulgação para um público não especializado. A nível nacional e internacional o projecto permitirá lançar novos conhecimentos para a compreensão do território rural nos primórdios da formação da nacionalidade. Para a discussão dos dados obtidos e troca de experiências com outros investigadores europeus será efectuado um encontro científico internacional subordinado à problemática das vivências, e estratégias de defesa e cultura material produzidas nas terras de fronteira entre cristãos e muçulmanos. Este encontro está programado para a Páscoa de 2009 em Aljezur. A publicação das comunicações e conferências será efectuada no fim do projecto, ou seja em 2010. Para despertar o interesse nas temáticas relacionadas com o

mundo rural, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas irá promover à semelhança do que tem feito nos últimos anos, um curso livre sobre estas realidades que se realizará no segundo semestre do ano lectivo de 2007/2008. Ao nível do público não especializado pretende-se realizar palestras nas estruturas culturais de nível local e espera-se promover a realização de uma exposição junto do Parque Natural da Serra da Estrela sobre o património medieval serrano, que pretende divulgar junto de uma população mais abrangente a história desta serra e das suas gentes.

Agradecimentos

Um agradecimento especial à coordenadora deste projecto Rosa Varela Gomes e a todos os investigadores que nele colaboram: António Faustino Carvalho, Antonio Malpica Cuello, António Monge Soares, Antonio Martínez Cortizas, Diego Angelucci, José Avelino Gutiérrez González, Maria João Sousa, Nuno Caldeira, Paula Queiróz, Pilar Prieto e Oscar Lantes.

Agradece-se igualmente aos arqueólogos que amavelmente têm colaborado com informação dos seus trabalhos, em especial a António Carlos Marques, mas também a Amílcar Guerra e Carlos Fabião; Pedro Pina Nóbrega e Filipa Neto; Vítor Pereira, António Carvalho e Pedro Carvalho; António Carlos Valera, Alexandra Soares, Marina Pinto e João Lobão. Um obrigada também a António Rei pela colaboração que prestou na interpretação do topónimo Soida.

Por último não poderia deixar de se referenciar a Junta de Freguesia da Rapa e o seu executivo pelo apoio incedível durante os trabalhos da Soida e à Câmara Municipal de Celorico pelo apoio que têm vindo a prestar aos trabalhos de campo realizados na área deste concelho.

Bibliografia

- ALARCÃO, J. de (1993) – *Arqueologia da Serra da Estrela*. Manteigas, Parque Natural da Serra da Estrela.
- ALARCÃO, J. de & RICARDO, I. (1997) – *Castelo de Celorico da Beira. Sondagens arqueológicas 1997*. Relatório da intervenção entregue ao IPA, Processo n.º S-8088.
- ALMEIDA, J. de (1943) – *Roteiro dos monumentos de arquitectura militar do concelho da Guarda*. Lisboa.
- ALMEIDA, J. de (1945) – *Roteiro dos monumentos militares portugueses*, Vol. 1 – Beira. Lisboa, Edição do autor.
- ANGELUCCI, D.; TENTE, C. & MARTINS, A. R. (2004) – O Penedo dos Mouros e a sua integração paisagística. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7 (1): 467-481. Lisboa.
- DAVEAU, S. & RIBEIRO, O. (1978) – *L'Occupation Humaine de la Serra da Estrela*. Separata de Études Géographiques. Bordeaux.
- DUARTE, M. C. L. & ALVES, J. M. S. (1989) – *A Vegetação Natural de Casal de Rei – Parque Nacional da Serra da Estrela*. Lisboa, Serviço Nacional de Parques. Reservas e Conservação da Natureza.
- GUERRA, A.; FABIÃO, C. & SENNA-MARTINEZ, J. C. (1989) – O Cabeço do Crasto de S. Romão, Seia. Alguns resultados preliminares das campanhas de 1(985) a 3(987). *Actas do I Colóquio Regional de Arqueologia de Viseu*, pp. 189-234. Viseu.
- GUERRA, A. & FABIÃO, C. (1996) – A Ocupação romana do Cabeço do Crasto, S. Romão, Seia. *Ophiussa*, 0: 133-159. Lisboa.
- FERNANDES, A. (1991) – *Taraucae Monumenta Historica*. Braga, Câmara Municipal de Tarouca.
- HENRIQUES, A. R. (1999) – A Ocupação Medieval do Castro de S. Tiago. *Trabalhos de Arqueologia da E.A.M.*, 5: 83-89. Lisboa, Edições Colibri.
- JANSSEN, C. R. & WOLDRING, R. E. (1981) – A preliminary radiocarbon dated pollen sequence from the Serra da Estrela, Portugal. *Finisterra*, XVI (32): 299-309.
- LEEUWAARDEN, W. Van & QUEIROZ, P. (2003) – *Estudos de Arqueobotânica no Penedo dos Mouros II*. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos do CIPA, 47).
- LOBÃO, J.; MARQUES, A. C. & NEVES, D. (2006) – Património arqueológico de Celorico da Beira: subsídios para o seu inventário e estudo. *Praça Velha*, 19: 15-37. Guarda.
- MARQUES, J. A. & GAMA, T. M. (1990) – Necrópole medieval das Forçadas. *Boletim Municipal da Câmara Municipal de Fornos de Algodres*, 16: 5. Viseu.
- MARQUES, J. A. (1991) – Sepulturas rupestres de Côta. *Beira Alta*, 50 (1-2): 169-178. Viseu.
- MARQUES, J. A. (1992) – Contributo para o estudo das sepulturas escavadas na rocha: Necrópole das Forçadas (Matança, Fornos de Algodres). *Beira Alta*, 51 (1-2): 85-129. Viseu.
- MARQUES, J. A. (2000) – *Sepulturas escavadas na rocha na região de Viseu*. Viseu
- MATTOSO, J. (1986/87) – *Seia na Idade das Trevas*. Seia, Câmara Municipal de Seia.
- NETO, F. (2006) – *Relatório Antropológico da Sepultura no Alto da Quintinha – Mangualde*. Relatório apresentado ao IPA, Processo n.º S.22205.

- NÓBREGA, P. P. (2005) – Intervenção de emergência na Quintinha, junto à Quinta do Avenal, Mangualde. Relatório apresentado ao IPA, Processo n.º S.22205.
- PENA, A. & CABRAL, J. (1989) – *Coberto Vegetal da Estrela, uma visão natural*. Manteigas, Parque Natural da Serra da Estrela.
- PEREIRA, V. (2003) – O povoado da Pedra Aguda (Aldeia Viçosa, Guarda) – Subsídios para o seu desenvolvimento. *Praça Velha*, 14: 21-34. Guarda.
- PINA, M. I. (1998) – *A Encosta Ocidental da Serra da Estrela. Um Espaço Rural na Idade Média*. Cascais, Patrimonia.
- QUEIROZ, P. & RUAS, J. P. (2001) – *Estudos de Arqueobotânica no Penedo dos Mouros*. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos do CIPA, 13).
- OSÓRIO, M. (2004) – Novos Contributos para o estudo dos Castelos Velhos (Guarda). *Praça Velha*, 15: 5-15. Guarda.
- RODRIGUES, M. A. (Ed.) (1999) – *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*. Coimbra, Universidade de Coimbra.
- RIBEIRO, O. (1991) – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. 6.ª Ed. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- SARMENTO, F. M. (1883) – *Expedição científica à Serra da Estrela em 1881. Secção de Archeologia*. Lisboa.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2000) – O Cabeço do Castro de S. Romão (Seia). *Por Terras de Viriato. Arqueologia da Região de Viseu*, pp. 136-144. Lisboa, MNA.
- SILVA, A. R. (1999) – A ocupação medieval do castro de Santiago. *Trabalhos de Arqueologia da E.A.M.*, 5: 83-89. Lisboa, Edições Colibri.
- SOARES, A. & CARDOSO, H. (2004) – Intervenção arqueológica de emergência em Algodres (concelho de Fornos de Algodres). Resultados preliminares. *Actas do IV Encontro de Arqueologia Urbana*, pp. 291. Amadora, C. M. Amadora.
- SOARES, A. & CARDOSO, H. (2004) – *Algodres, Intervenção arqueológica de emergência*. Relatório final, entregue ao IPA, Processo n.º S-7640.
- TENTE, C. & LOURENÇO, S. (1998) – Sepulturas medievais escavadas na rocha dos concelhos de Carregal do Sal e Gouveia: estudo comparativo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1 (2): 191-217. Lisboa.
- TENTE, C. (Coord.) (1999) – *Roteiro Arqueológico de Gouveia*. Gouveia, Câmara Municipal de Gouveia.
- TENTE, C. (2000) – Estudo sobre as Sepulturas rupestres do actual concelho de Gouveia (1993-1998). *Gaudela*, 1: 44-72. Gouveia.
- TENTE, C. (2007) – *A ocupação alto-medieval da encosta noroeste da Serra da Estrela*. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.
- TENTE, C. (no prelo) – Paisagens humanas alto-medievais na Vertente Noroeste da Serra da Estrela (Portugal). *Territorio, Sociedad y Poder*, 2. Oviedo.
- VALERA, A. C. (1990) – *Sepulturas escavadas na rocha do concelho de Fornos de Algodres, Fornos de Algodres*. G.A.F.A.L.
- VALERA, A. C. (1993) – *Património arqueológico do Concelho de Fornos de Algodres, 1.ª fase da carta e roteiro*. Lisboa, Associação de Promoção Social Cultural e Desportiva de Fornos de Algodres.

VALERA, A. & MARTINS, A. (1994) – Levantamento arqueológico do concelho de Celorico da Beira. Relatório do trabalho de campo. *Trabalhos de Arqueologia da E.A.M.*, 2: 273-282. Lisboa, Edições Colibri.

VARANDAS, J. M. (1993) – A ocupação medieval do Buraco da Moura de S. Romão. *Trabalhos de Arqueologia da E.A.M.*, 1: 155-162. Lisboa, Edições Colibri.

VAN DER KNAAP, W. O. & VAN LEEUWEN, J. F. N. (1995) – Holocene vegetation succession and degradation as responses to climatic change and human activity in the Serra de Estrela, Portugal. *Review of Palaeobotany and Palynology*. Elsevier.

VAZ, I.; MARTINHO, D.; MARTINHO, J. & ALVES, M. (1985) – *Escavação arqueológica do Aljão. Relatório dos trabalhos*. Relatório apresentado ao IPA, Processo n.º S-05907.

VENTURA, L. & FARIA, A. S. (1990) – *Livro Santo de Santa Cruz (cartulário do séc. XII)*. Coimbra.

VIEIRA, M. (2005) – Subsídios toponímicos para o conhecimento da influência muçulmana a sul do Douro. *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, pp. 53-67. Palmela, Câmara Municipal de Palmela.

QUADRO 1. Datações de radiocarbono disponíveis para os contextos medievais do Alto Mondego

Sítio e tipo de amostra	Contexto	Código do laboratório	Data BP	¹³ C (‰)	Cal AD (1)*	Cal AD (2)*
Penedo dos Mouros**						
Favas	[22]	Sac-1947	1070±45	-25.00	890-1020	870-1040
Favas	[22]	Sac-1950	1060±40	-25.76	900-1020	890-1030
Algodres***						
Osso humano	Ent. 23	Sac-2207	710±40	-20.00	1260-1380	1220-1390

* Datas calibradas de acordo com a curva INTCAL04, recorrendo ao programa *OxCal* (version 3.10).

** Tente (2007).

*** Data inédita obtida no âmbito deste projecto.



FIGURA 1. Vale do Mondego na área que antecede a curva de Celorico da Beira.

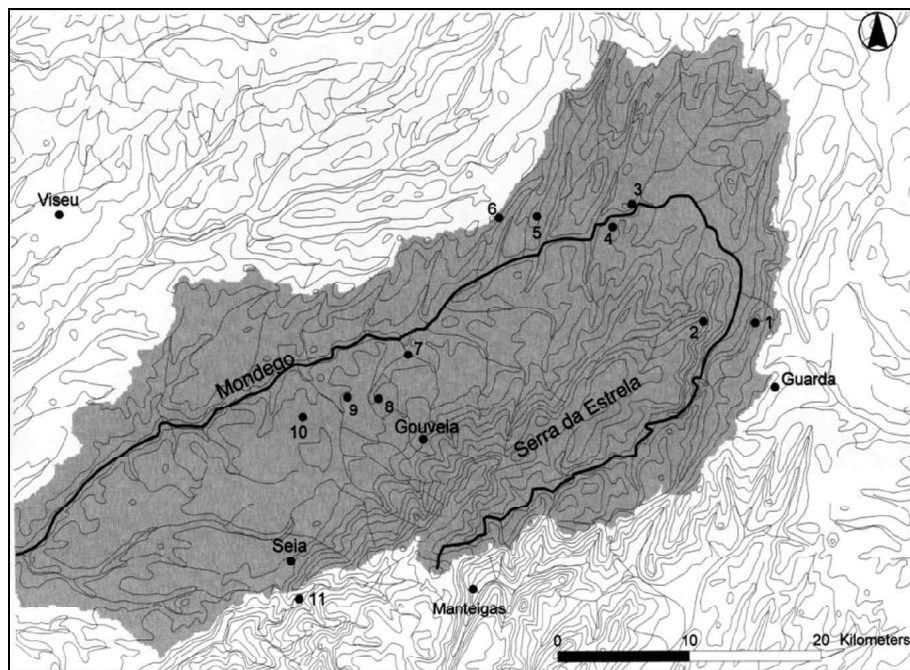


FIGURA 2. A bacia hidrográfica do Alto Mondego, com indicação dos sítios referenciados no texto: 1 – Castro do Tintinholho; 2 – Soida; 3 – S. Gens; 4 – Castelo de Celorico; 5 – Castro de Santiago; 6 – Algodres; 7 – Castelo; 8 – Penedo dos Mouros; 9 – Aljão; 10 – Freixial/Safail; 11 – Cabeço do Castro de São Romão.

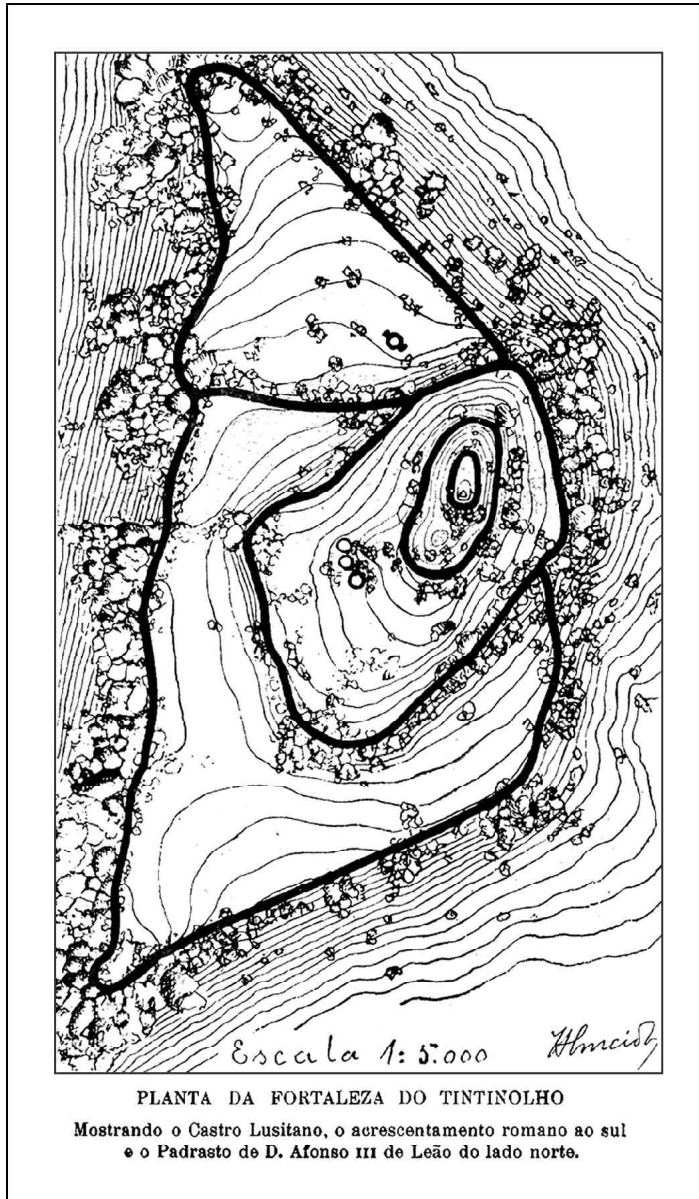


FIGURA 3. Planta do Castro do Tintinholo publicada por João de Almeida (Almeida, 1943).

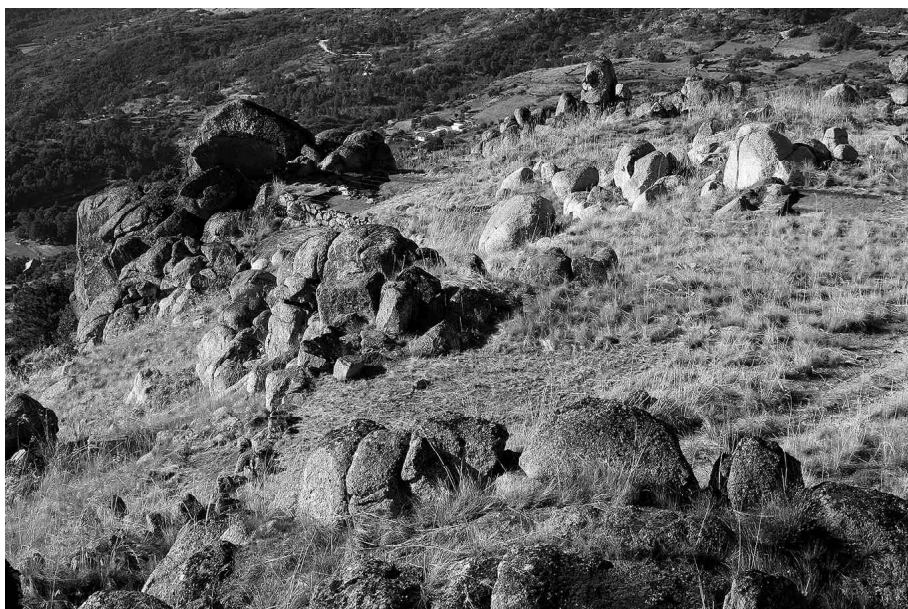


FIGURA 4. Vista do perímetro interior Sudeste do povoado da Soida (sectores II, IV e VI da escavação de 2007).

